

Marco Antonio Almeida Cardozo¹

HABITAR SOB RISCO: uma etnografia das enchentes em Rio das Flores

LIVING AT RISK: an ethnography of flood in Rio das Flores

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV)

RESUMO

Este artigo investiga, sob uma perspectiva antropológica, as enchentes recorrentes no bairro Elizabeth, em Rio das Flores (RJ), a partir de entrevistas com mulheres que vivenciam cotidianamente o transbordamento do córrego Manuel Pereira. Longe de serem apenas eventos naturais, as enchentes configuram-se como processos relacionais, nos quais materialidades, corporalidades e técnicas se entrelaçam. A água, a lama, os móveis, os corpos humanos e não-humanos constituem uma ecologia compartilhada, onde perdas materiais são também perdas simbólicas, e onde o habitar se refaz continuamente em meio ao risco. As narrativas revelam como a enchente atravessa memórias, afetos e modos de existir, produzindo identidades e coletividades. Ao articular antropologia dos desastres, memória social e debates sobre justiça climática, o estudo evidencia que a experiência da enchente não se limita ao trauma, mas também gera solidariedade e agenciamento comunitário. Assim, propõe compreender o habitar sob risco como co-produção entre humanos, mais-que-humanos e elementos materiais, em um território marcado por vulnerabilidades e resistências.

PALAVRAS-CHAVE: Materialidades; Antropologia dos desastres; Memória coletiva.

ABSTRACT

This article explores, from an anthropological perspective, the recurrent floods in the Elizabeth neighborhood of Rio das Flores (RJ), based on interviews with women who experience the overflow of the Manuel Pereira stream in their daily lives. Far from being mere natural events, floods emerge as relational processes in which materialities, bodies, and techniques are co-produced. Water, mud, furniture, human and non-human bodies form a shared ecology, where material losses are also symbolic ones, and where dwelling is constantly remade under risk. The narratives reveal how floods permeate memories, affects, and ways of existing, shaping identities and collectivities. By engaging with disaster anthropology, social memory, and climate justice debates, the study shows that flood experiences go beyond trauma, generating solidarity and community agency. Thus, it proposes to understand dwelling under risk as co-production between humans, more-than-humans, and material elements, in a territory marked by vulnerability and resistance.

KEY WORDS: Materialities; Disaster anthropology; Collective memory.

INTRODUÇÃO

A água da chuva eleva o fluxo das águas de um rio e ela chega de forma irrefreável derrubando muros, entrando pelas caixas de esgoto, sanitários, e logo enchendo toda a casa com água suja, que ao escoar, deixa as casas completamente enlameadas. Essa é a realidade na qual moradores do município de Rio das Flores (RJ) fazem parte ao longo dos anos. Devido às fortes chuvas que precedem o transbordar das águas do córrego Manuel Pereira², os moradores do bairro Elizabeth são atingidos pela enchente, tornando a chegada das águas um sinônimo de dor e perda para essa população.

Rio das Flores é um município da unidade federativa Rio de Janeiro, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população da cidade chegou a 8.954 pessoas no Censo de 2022. De acordo com o INFOSANBAS³, o território do município é composto 100% pelo bioma Mata Atlântica; e dados do MapBiomas⁴ revelam que 61% do uso do solo do município é utilizado para pastagem. Partindo desses dados e outros subsequentes, é possível apontar que o problema das enchentes não deve ser entendido como uma tragédia.

O que se convencionou chamar de “enchente” carrega, nesse contexto, uma densidade ontológica que desafia explicações exclusivamente técnicas ou narrativas que reduzem a enchente a um fenômeno puramente natural. Na tragédia clássica, o que se evidencia como tragédia é o embate entre “um indivíduo e as forças que o destroem” (Williams, 2002, p. 119), etimologicamente, a palavra “tragédia” define-se como uma ação posta em curso que não pode ser evitada ou contornada, cuja história, inevitavelmente finda em um acontecimento fatídico. Assim dizendo, tragédia é algo incontornável.

Justamente por isso, o que acontece ao longo dos anos em Rio das Flores não pode ser compreendido como tragédia. As enchentes são reflexo de uma série de fatores historicamente construídos: a utilização de mais da metade do solo do município como pastagem, o processo de urbanização desordenada e sem planejamento, e a recorrente negligência de gestões públicas que, segundo os moradores, **nunca tomaram providências concretas ou forneceram qualquer forma de auxílio**. Essa percepção local se alinha aos dados: de acordo com o diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) sobre a Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, em 2021, o município de Rio das Flores não possui instrumentos de controle, monitoramento ou mapeamento de áreas de risco de inundação, revelando a precariedade

² Segundo o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, o córrego Manuel Pereira possui 16,19% de sua extensão dentro do município, atrás do Rio Preto com 25,76% e do Rio Paraíba do Sul 18,08% (SNIRH/ANA, 2021).

³ INFOSANBAS é uma plataforma de dados relacionados ao saneamento básico de municípios no Brasil. A plataforma é gerida pela FUNASA, Escola de Engenharia da UFMG e Cooperativa EITA.

⁴ MapBiomas é uma rede colaborativa brasileira que produz e disponibiliza mapeamento anual da cobertura e uso da terra, monitoramento da superfície da água e dos efeitos do fogo.

estrutural do sistema de drenagem urbana e a ausência de uma análise socioambiental minimamente eficaz sobre os riscos e vulnerabilidades do território.

Em acréscimo, existe o impacto das mudanças climáticas, pois “os últimos anos tem mostrado de modo inequívoco que a crise ecológica não é apenas uma projeção de um cenário, mas uma realidade com cujos efeitos já convivemos” (Saldanha, 2022, p. 21). Ou seja, para as populações que sempre foram impactadas por determinados ciclos da natureza - como fortes chuvas, enchentes, secas prolongadas e ondas de calor extremas -, o cenário, que já era ruim, tende a piorar.

Assim, entende-se que o problema das enchentes envolve processos múltiplos e que essa questão não recebe a atenção devida para ser mitigada ou contornada, pois quando vem a chuva, não é somente por causa da água que as pessoas veem suas vidas, história e memória submergir diante de seus olhos.

Portanto, rotular esses eventos como “tragédia” isenta o poder público de agir e de ser responsabilizado por sua ineficiência.

Logo, neste estudo propõe-se a utilização do termo “desastre”, à primeira vista, “desastre” e “tragédia” podem parecer duas faces de uma mesma moeda. Contudo, uma das principais autoras da antropologia dos desastres, Virginia García Acosta, apresenta uma definição de “desastre” que elucida e engloba as especificidades que o termo “tragédia” não contempla.

A pesquisa antropológica define desastre como um processo sociocultural que envolve a combinação de um agente potencialmente destrutivo de um ambiente natural e/ou tecnológico com uma população em condição de vulnerabilidade produzida social e economicamente sobre uma base social. (García Acosta, 2018, p.1, apud Ribeiro, 2020, p. 16).

Em outros termos, o conceito de “desastre” apresentado pela autora, abrange os aspectos socioculturais que um evento climático possui, destacando que ele não se limita a um processo “natural”, pois há o envolvimento de variados atores e instituições.

Ainda, destaca-se que as populações atingidas por esses desastres, estão em situação de fragilidade, e a fragilidade é socialmente construída. Esse é justamente um dos pontos centrais da antropologia dos desastres, uma mudança de paradigma que desloca a compreensão do desastre de uma explicação centrada apenas em fatores externos (como os naturais) para uma análise que considera também os fatores internos, entre eles a crescente vulnerabilidade social que coloca determinados grupos em situações de risco (Ribeiro, 2020, p. 16).

As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024, foram consideradas “o maior desastre climático do Brasil, em relação ao número de afetados e aos impactos econômicos e de infraestrutura” (Marengo et al., 2024, p. 221). As fortes chuvas que resultaram em inundações, enchentes e deslizamentos evidenciam que tais eventos não são apenas

fenômenos naturais, mas decorrem de ações antrópicas, das condições estruturais do atual modelo de produção e consumo, de escolhas políticas, técnicas e de gestão na forma como o risco é enfrentado (Marengo et al., 2024). Para além da segurança pública, as enchentes configuram-se como fenômenos socioculturais complexos, integrando o imaginário social (Assunção, 2016) e a memória coletiva das populações atingidas (Halbwachs, 2006), impactando subjetividades, identidades (Pollak, 1992) e modos de habitar o mundo (Ingold, 2000).

Nesse sentido, as enchentes devem ser compreendidas como eventos transversais, que atravessam dimensões como gênero, raça, saúde pública e dinâmicas socioespaciais, não sendo exteriores à vida cotidiana, mas constitutivas da experiência de habitar (Ingold, 2000).

As lembranças das enchentes perpassam minha infância e adolescência. Cresci em meio a dinâmicas familiares e comunitárias diante desses eventos. Quando havia sinal de chuva, surgiam os comentários carregados de temor: **essa chuva é de enchente**. Meu pai, minha avó e outros moradores mais antigos do bairro, sempre acertavam em suas leituras sobre quais chuvas trariam a enchente. Saber disso não impedia que o desastre ocorresse, mas ajudava a adiantar pequenas prevenções: colocar roupas no alto do guarda-roupa para a água não alcançar, retirar objetos do chão, desligar os eletrodomésticos da tomada e colocar no alto tudo o que fosse possível - porque o que a enchente encontra em seu caminho, ela engole.

Ainda, existe a dinâmica de que o vizinho cujo quintal tem vista para o córrego, avisa os demais sobre o nível da água. Isso serve tanto para alertar sobre a possibilidade de enchente quanto para tranquilizar os outros, caso o fluxo do córrego esteja constante e não esteja mais subindo. A organização comunitária é de suma importância nesse momento. Os vizinhos compartilham informações, como o nível da água, e quais vizinhos estão precisando de auxílio urgente. Pois aqueles cujas casas não são atingidas pela enchente se mobilizam para ajudar quem está com água dentro de casa.

É justamente por ter crescido imerso e submerso nessa realidade que escolhi escrever esta pesquisa. Ela nasce do desejo de compreender, por meio de uma abordagem antropológica, os efeitos e os afetos que atravessam os moradores diante das enchentes. Trata-se de uma tentativa de dar visibilidade a esses modos de vida, existência e resistência, que sustentam o cotidiano em territórios constantemente ameaçados pelo fluxo das águas.

Isto posto, este estudo propõe compreender as enchentes não como eventos isolados ou acidentes naturais, mas como fenômenos relacionais (Ingold, 2000), nos quais materialidades, corporalidades e técnicas se coproduzem continuamente. A água, o medo, a lama, os corpos de animais mortos, os relatos de solidariedade entre vizinhos, os gestos repetidos de subir móveis, de vigiar o nível do córrego ou de cuidar do outro - tudo isso constitui um ambiente vivido, tecido por práticas situadas e saberes enraizados nas experiências concretas de habitar. Habitar não é simplesmente ocupar um espaço físico, mas envolver-se de forma ativa e sensível com os elementos e forças que o compõem (Ingold, 2000). A casa,

nesse sentido, deixa de ser apenas uma estrutura física para se tornar um espaço de relações vitais, um lugar onde tempo, memória, clima, técnica e corpo se entrelaçam e se refazem continuamente diante das ameaças das águas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia que conduz a pesquisa é uma abordagem qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas como principal método de coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores, com o objetivo de capturar amplas perspectivas sobre os reflexos das enchentes na vida dos moradores⁵. Buscou-se a concentração na coleta e análise de testemunhos pessoais e relatos orais – ao invés da análise de documentos escritos e registros oficiais – para a captura das experiências e perspectivas dos sujeitos, muitas vezes excluídos das narrativas previamente documentadas (Thompson, 1998).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mulheres estão mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas devido a fatores como acesso limitado a recursos, responsabilidades domésticas e sociais. Ou seja, os eventos climáticos são mediados por desigualdades de gênero, e esse foi um dos critérios de escolha que definiu que somente mulheres seriam entrevistadas para esta pesquisa, em vista de que a população feminina está nesse espaço de maior vulnerabilidade diante dos desastres climáticos.

Este trabalho parte de uma realidade que me é familiar, a qual conheço não apenas por dados e observações, mas também por vivências diretas. Elucidar que pertencimento a essa realidade não é prometer neutralidade, pois a ciência, uma vez executada por seres humanos, é atividade de cunho social e está submetida a influências socioculturais (Gould, 1981). O ponto central é compreender que estar nesse espaço foi o que me mobilizou ao estudo e, também, ser afetado por estes eventos garantiu uma recepção calorosa das moradoras, permitindo acessar camadas mais densas da realidade estudada (Favret-Saada, 2005).

Certamente, não está sendo argumentado que a ciência não produz conhecimento válido, e sim admitindo as influências que podem existir por pertencer a aquele espaço e vivenciar essas experiências. O fazer antropológico se baseia na experiência da diferença, no encontro com o “outro cultural” (Peirano, 1995). O compromisso está em reconhecer que minhas percepções diferem das entrevistadas e que deve prevalecer a alteridade (Peirano, 1995). Reconhecer a diferença e sua legitimidade evita

⁵ As entrevistadas residem no mesmo bairro, porém em moradias situadas a diferentes distâncias entre si. As enchentes afetam tanto casas mais afastadas quanto aquelas localizadas próximas ao córrego, embora as moradoras que vivem a poucos metros do curso d'água – em alguns casos tendo o córrego como limite do quintal – sejam impactadas de forma desproporcional, aspecto que será detalhado ao longo do texto.

impor minha visão de mundo, construindo um fazer antropológico crítico, reflexivo e consciente dos atravessamentos culturais.

Diante a conjuntura supracitada, apresenta-se os principais resultados da pesquisa etnográfica realizada com residentes do bairro Elizabeth no município de Rio das Flores, visando compreender a perspectiva dos sujeitos afetados pela enchente, e os efeitos e afetamentos das enchentes nas memórias e subjetividades das moradoras que as experienciam.

A TRANSVERSALIDADE DAS ENCHENTES

Para iniciar esta seção, proponho um exercício simples e interessante para refletirmos sobre a seriedade das enchentes. Imagine que você está fora de casa e, de repente, o “tempo muda”: estava um dia ensolarado, mas começa a chover. Você se dá conta de que deixou as janelas da sua casa abertas, mas não consegue voltar a tempo para fechá-las antes da chuva começar. Qual a sua reação? Presume-se que você entraria em um breve estado de desespero, pois, com as janelas abertas, suas coisas - móveis, eletrodomésticos, roupas - poderiam ser molhados.

Agora, ciente deste desespero, comum à maioria das pessoas nesta situação, podemos pensar este sentimento ampliado de forma considerável em pessoas cuja única (in)certeza é que suas casas ficarão submersas ao menor sinal de chuva. A enchente pode ou não ocorrer, mas existe um trauma permanente na vida das pessoas que já sofreram com este evento ao menos uma vez. É nesse ponto que a enchente novamente rompe a dicotomia natureza e cultura, ao revelar-se não somente como um fenômeno, mas como uma técnica de afetação, pois ela se infiltra nos corpos, nos ritmos cotidianos e nas formas de habitar.

Ao ser interpelada sobre como se sente quando há previsão de chuvas, Ana Maria Rocha, 64 anos, revela: “A gente sempre fica apreensiva, né? Porque a gente não sabe o quanto o Ribeirão vai aguentar” (2024).

A senhora Maria Alice, com 84 anos, da mesma maneira, ressalta a sua apreensão vinculada à previsão de chuva: “Tenho muito medo de dar enchente, quando tem chuva forte na previsão, tenho sim, tenho medo” (2024).

Dona Vicentina - como é chamada pelos moradores do bairro - mostrou-se objetiva e mais reservada durante a nossa conversa. Parecia que, para ela, a enchente deveria ser relegada ao esquecimento, e não ser lembrada, por conta de todo o sofrimento vivido. Dentre as moradoras com as quais conversei, ela é quem possui a casa mais próxima à margem do córrego, assim, sendo atingida em proporção maior do que as demais. Ela rememora com pesar a primeira enchente que passou: “Nós tiramos tudo de dentro de casa, jogamos tudo lá fora. Nós tava tudo jogando as coisas fora. Aproveitamos nada.” Sobre quando há previsão de chuva, ela declarou: “Tenho muito medo. Sempre tenho medo” (2024).

Nesse contexto, o medo, a apreensão e a tentativa de esquecimento não se apresentam apenas como estados psicológicos, mas como

experiências encarnadas: são inscritas e reatualizadas no corpo, que se torna suporte da memória e do trauma. A partir desses relatos, é possível compreender o corpo como um “sítio de existência” a partir do qual o mundo é vivido e significado (Csordas, 1990), nele se manifestam e se sedimentam os modos de sentir e agir diante da iminência da chuva (Csordas, 1994). Sob a ótica de Le Breton (2007), o corpo para além do aspecto biológico é sempre também simbólico, portador de sentidos que atravessam a vida social e se expressam nos gestos, nas palavras e nos silêncios das mulheres. Assim, as enchentes não se limitam a eventos físicos, elas transcendem a dimensão material, porque são atravessadas por imaginários sociais que mobilizam e configuram sentimentos - como fatalismo, resistência, e solidariedade -, e modos de ser, agir e existir, que afetam profundamente as vidas dos sujeitos e a tessitura social do bairro Elizabeth.

Viver com medo, apreensão, e trauma, não é vida; é desumanização, é injustiça. E, considerando que a justiça climática (Herculano, 2008) é uma questão humanitária, para ser eficaz, ela deve ser tão transversal quanto a própria enchente.

Ana Lucia da Silva Almeida, 59 anos, moradora do bairro desde que nasceu, conta: “Desde que eu me conheço, como gente, tem enchente aqui. E eu não vejo eles fazendo nenhum projeto, nem para as famílias, nem para quando termina a enchente; os cuidados que têm que ter com a saúde, com a casa... aqui nunca fez.” (2024). Este relato aponta uma importante dimensão do fenômeno das enchentes: trata-se de uma questão de saúde pública no contexto de desastres ambientais.

Rizzotto, Costa e Lobato (2024) ao abordarem os desafios enfrentados pelo sistema de saúde após as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 relatam que “No momento que as águas começam a baixar, deixando rastros de esgoto, putrefação e lama nas cidades, surgem, diariamente, novos casos de leptospirose e aumento de doenças diarreicas agudas” (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 2). Evidenciam que as enchentes e seus efeitos sanitários não são situações isoladas, mas sim parte de um quadro mais amplo que exige respostas integradas de políticas públicas, infraestrutura urbana e sistemas de saúde preparados para lidar com essas consequências recorrentes e agravadas.

Nesse sentido, Ana Maria Rocha, 64 anos, moradora do bairro há 38 anos, ao relembrar uma das enchentes conta: “A rua ficou, nossa, mais de 30 centímetros de barro. E fora os animais mortos que vêm. Animais e cobras, animais peçonhentos que ficam nadando aí. É muito ruim” (2024).

A senhora Maria Alice, compartilhou a mesma percepção sobre os animais peçonhentos, ao recordar que a água não chega só: “É muita água que vem. É muito porco, é muito cachorro. Isso vem na enchente. Os cachorros latindo. Vem... E vem também muita cobra. Muita lataria, muita sujeira. Muito lagarto, muito bicho.” (2024).

Isto é, junto aos efeitos relacionados à saúde mental - todos os traumas resultantes das enchentes -, e à saúde física, como doenças respiratórias e doenças crônicas, acrescenta-se os riscos de picadas por animais peçonhentos. Esta situação ocorreu durante as enchentes no Rio Grande do Sul (2024), onde, segundo pesquisas, “houve o aumento de

doenças parasitárias, tétano, dengue, hepatite A e picadura de animais peçonhentos” (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 3).

Ainda, é importante destacar novamente as questões relacionadas a gênero que surgem diante das enchentes: quem limpa e organiza a casa? Quem cuida das crianças? Qual corpo foi estruturalmente construído para colocar a segurança e saúde dos outros indivíduos frente às suas próprias necessidades? Certamente, a mulher.

Durante a COP 26, ou 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), as Nações Unidas declararam que, 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas são mulheres (2021). Ainda, o Ministério das Mulheres (2024), recebeu diversas denúncias de abusos sexuais contra mulheres e crianças em abrigos durante os eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Assim, as enchentes assumem um recorte de gênero, na medida em que se observa que mulheres e meninas são mais suscetíveis aos eventos climáticos extremos, encontrando-se também em maior situação de vulnerabilidade à violência sexual (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024, p. 3).

Tendo isso em vista, faz-se necessário a manutenção e expansão de leis e políticas públicas já existentes de enfrentamento a violência contra a mulher, incorporando às mudanças climáticas como fator adicional de risco. Considerando que os casos de violência e abuso aumentam em contextos de eventos climáticos extremos, é fundamental reconhecer que tais violências assumem dinâmicas específicas quando mulheres estão em situação de vulnerabilidade durante e após desastres ambientais - uma realidade que tende a se intensificar.

A transversalidade das enchentes é tão complexa, que ela perpassa outra esfera de violência, que é a violência racial. Principalmente, porque outro reflexo do colonialismo se manifesta diante do atual cenário de desastres ambientais, revelando-se por meio do ‘racismo ambiental’.

Esse conceito surge nos Estados Unidos, no início dos anos 1980. Conforme Pacheco e Faustino (2013), “o reverendo Benjamim Chavis foi quem empregou pela primeira vez a expressão ‘racismo ambiental’, durante sua participação na luta em Warren County, nos Estados Unidos” (Pacheco; Faustino, 2013, p. 84). Em suma, Chavis definiu o racismo ambiental como, “a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis” (Chavis, 1993, p. 3).

No atual contexto brasileiro, seguindo a conceituação de Chavis (1993), pode-se entender o racismo ambiental como a prática que submete populações negras, quilombolas, originárias, tradicionais, ribeirinhas e camponesas, aos espaços periféricos e de vulnerabilidade. Tais práticas ocorrem com a expulsão dessas populações de seus territórios, desorganizando suas culturas e cosmologias, revogando seus direitos, os tornando corpos subalternizados, e os forçando a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida (Herculano, 2008). Como consequência direta, tais populações se tornam suscetíveis aos desastres ambientais resultantes das mudanças climáticas.

Neste sentido, as enchentes do Rio Grande do Sul (2024) explicitam que populações indígenas e quilombolas foram atingidas de forma desigual pelo desastre socioecológico. “Os impactos não foram distribuídos de maneira igualitária, pois os grupos vulneráveis foram os que mais sofreram, e as comunidades indígenas foram afetadas de maneira desproporcional” (Thomasi; Santos; Dias, 2024, p. 12). Tal situação evidencia a urgência de se olhar as enchentes a partir de uma lente que enxergue que as populações estão sofrendo de forma desigual diante os processos que resultam das mudanças climáticas. As populações que mais sofrem são justamente as que menos contribuíram, historicamente, para o atual colapso ecológico.

Isto posto, cabe destacar que o município de Rio das Flores (RJ), foco deste estudo, integrou a região do Vale do Café, de grande relevância histórica para a formação do Estado do Rio de Janeiro. A partir da primeira metade do século XIX, a colonização implicou o genocídio da população indígena Puri e a consolidação do latifúndio cafeeiro, responsável por extensos processos de desmatamento, degradação dos solos e comprometimento dos recursos hídricos, impactos posteriormente agravados pela conversão dessas áreas em espaços de pecuária extensiva (Martins, 2009). Com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, o contingente recém-liberto da mão de obra escravizada do latifúndio cafeeiro foi progressivamente marginalizado e empurrado para periferias urbanas e áreas ambientalmente frágeis, como encostas e margens de rios, em um contexto de urbanização desordenada que ampliou a vulnerabilidade socioambiental da população local - como ocorre no bairro Elizabeth - e evidencia a continuidade histórica de processos de exclusão e degradação ambiental (Martins, 2009).

De acordo com dados do IBGE (2010), a população de Rio das Flores apresenta uma expressiva presença de pessoas negras (pretas e pardas), totalizando 4.893 habitantes que se autodeclaram dessa forma - número superior ao de pessoas brancas (3.609) e amarelas (59). Nenhum morador se identificou como indígena no referido censo. No caso específico do bairro Elizabeth, é possível observar, a partir da minha vivência no local, que mais da metade dos moradores são pessoas negras. Nota-se ainda que as residências situadas mais próximas às margens do córrego são, em sua maioria - embora não exclusivamente - ocupadas por pessoas negras.

Entender as diversas dinâmicas que eclodem por conta das enchentes, contribui para entender o processo de formação da vulnerabilidade e quais corpos estão submetidos a ela. Argumenta-se, na literatura da antropologia dos desastres, que a “vulnerabilidade é socialmente construída” (Ribeiro, 2020, p. 17).

É possível corroborar com essa afirmação ao observar que os corpos em situação de vulnerabilidade são de mulheres, corpos racializados e minorias étnicas. E essa vulnerabilidade é resultante de processos coloniais racistas e genocidas, pois o colonialismo impôs uma hierarquia racial que se perpetua até os dias de hoje (Quijano, 2005). Somado a estruturas patriarcais que construíram o corpo feminino como um corpo subalternizado, em relação a normatividade hegemônica do corpo masculino (Butler, 2019).

Ao compreender essas vulnerabilidades, deve-se pensar em alternativas voltadas à justiça ambiental para essas populações. Destaco que traçar paralelos entre grandes desastres, como o de Rio Grande do Sul, e desastres de pequeno e médio porte, como em Rio das Flores, é essencial. Ambos constituem parte do mesmo problema (Ribeiro, 2020, p. 16). E, embora algumas políticas de mitigação já estejam presentes nas grandes capitais, é fundamental direcionar a atenção para as periferias e para as cidades do interior.

É preciso começar a pensar e promover políticas públicas efetivas, estruturais e estruturantes nesses espaços, nas margens, de modo que, nos grandes centros e metrópoles, seja necessário apenas a manutenção e perpetuação dessas políticas. Em outros termos, as iniciativas e adaptações climáticas devem ser iniciadas nas cidades do interior, periferias e demais territórios em situação de vulnerabilidade, pois é a partir das margens que as políticas públicas do clima devem (re)começar.

SABERES EM MOVIMENTO: PERCEPÇÕES LOCAIS E ECOLOGIAS EM DISPUTA

“Enchente parece um cenário de Guerra”, este é um trecho da narrativa da senhora Ana Maria Rocha de Oliveira. Decido iniciar este tópico com essa fala, pois ao longo das entrevistas que realizei e de todos os relatos das experiências com as enchentes, esta frase certamente foi a que mais chamou a minha atenção. Justamente porque aponta a situação de urgência em que essas moradoras vivem e, ademais, dá cabo ao cerne deste trabalho, por meio do qual me proponho a desconstruir uma visão que reduz a enchente a um evento “natural” onde uma casa é invadida pela água e tudo se resolve com o escoar da mesma.

Ampliemos então a nossa perspectiva. Tim Ingold nos guia a pensar o material como coisa, ou seja, se pensarmos em uma casa, ela está para além de paredes e cômodos, a casa não é um simples objeto pois ela é uma coisa. Assim dizendo, ela é um emaranhado de fios vitais, é uma reunião de vidas. E habitá-la é se juntar à reunião (Ingold, 2012, p. 30). É a partir desta concepção que aponto a questão: quais impactos a chegada das águas causa à vida desses moradores? A água atinge lares - que não são apenas material e sim coisificados -, deixando os espaços de habitação submersos. E mesmo após a água escoar tudo permanece enlameado. Quais efeitos e afetos isso gera em uma pessoa, uma família, uma comunidade?

Busca-se entender como estes indivíduos cujas existências estão estendidas por uma linha de vida - que conectam eventos e experiências de suas vidas - percebem e ressignificam a relação com seu lar, suas memórias e identidades após o evento traumático das enchentes. Ao refletir e entender sobre essas nuances, passa a fazer sentido a afirmação que abre este tópico, de que **enchente parece um cenário de Guerra**⁷.

Primeiramente, para conectar esta sessão às anteriores, algumas interlocutoras ressaltaram que há algo de errado acontecendo com a natureza. Ao ser interpelada sobre o aumento ou diminuição das enchentes ao longo dos anos em Rio das Flores, a senhora Ana Rocha declarou: *“agora o meio ambiente está totalmente malucão [...]”*, referindo-se às mudanças climáticas, e continuou: “a gente sabe disso, muita chuva, está muito desordenado, cai muita chuva hoje, cai muita chuva amanhã, a gente não sabe o que está acontecendo” (2024). Esta fala revela que as moradoras estão atentas às transformações do clima, e que há uma clareza sobre a percepção das mudanças. Ela conclui: “Mas, não diminuiu, não. Não diminuiu a enchente, não. Não diminuiu, não, porque, se chover demais, nada segura essa água, não. Nada segura”.

Assim, essas declarações corroboram com estudos que revelam que populações em contextos rurais têm um profuso conhecimento dos ciclos sazonais e dos sinais da natureza (Mesquita, 2012), sendo capazes de construir prognósticos climáticos e identificar alterações e transformações do clima (Araujo, 2023).

Revelando a fina percepção das mudanças climáticas e alterações socioambientais, Ana Lucia da Silva Almeida, afirma que: “agora, com a mudança de clima, é pior, é isso que tá fazendo acontecer tudo, lá no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro”. Ainda, a interlocutora apontou a existência de um período conhecido pelos moradores como *enchente das goiabas*, e afirma: “Mas tinha um período, é o período da enchente das Goiabas. O pessoal sempre tava esperando a enchente das Goiabas”. Com os anos de vivência no bairro e as contínuas experiências com as enchentes, os moradores passaram a identificar esse período como a ‘época de enchentes’. Mas, com as mudanças graduais e transformações do clima, as enchentes começaram a ocorrer em outras épocas do ano. Os moradores do bairro já realizavam uma leitura atenta das enchentes, visando prevenir ou atenuar seus impactos. Evidenciando a presença de um saber local (Ingold, 2000), construído a partir da experiência e engajamento com as enchentes.

Em outros termos, as declarações acima apontam para percepção acerca das mudanças do clima, e para a existência desse saber local situado, que a partir das experiências cotidianas das enchentes, realizam sua própria leitura e interpretação das mudanças climáticas. Juntamente, Ana Lucia articula como essas mudanças afetaram não somente ela - enquanto sujeita afetada pelas enchentes e seu agravamento pelas transformações do clima -, mas também outras regiões do país.

Ana Lucia conclui que: “Não há cuidado com o mundo. O sistema, o mundo, o planeta, ele grita, ele pede socorro. Tem que cuidar da natureza, o mundo é um sistema, tem que cuidar do sistema.”

Ainda, pautando o início desta sessão as percepções dos moradores sobre o meio ambiente e outros seres vivos, Ana Maria rememora que houve uma medida de prevenção às enchentes, que foi um projeto para cimentar o córrego do bairro:

Quando eu vim para cá, esse ribeirão não era cimentado, ele não tinha cimento. Por um lado, foi muito bom ter cimentado, que diminuiu, que diminuíram as enchentes

na época. Mas, em compensação, para o meio ambiente, é muito ruim. Não tem mais sapo. Se você reparar, não tem mais sapo. Por quê? Porque os sapos não têm onde subir, porque ficou um espaço muito grande, um espaço muito grande de cimento, vai até lá embaixo. Então, na época, eu estava conversando com uma professora de biologia, e ela falou assim, “Ana, por um lado é bom, porque vai diminuir as enchentes, mas, por outro lado, para o meio ambiente, fica muito ruim, porque mata os bichos que têm vida na água e depois vão para a terra e não têm onde subir. E, realmente, quando eu vim para cá, tinha muito sapo. Não tem mais.

Esse relato evidencia que houve uma ação para mitigar as enchentes, que se demonstrou ineficiente por diversos motivos, dentre eles, a falta de efetividade em relação à diminuição das enchentes. Ana Maria revela que por um período essa ação foi eficaz. O processo de cimentar um córrego consiste, de modo geral, na canalização e revestimento de seu leito e, muitas vezes, de suas margens com concreto. Trata-se de uma intervenção de engenharia urbana bastante comum, historicamente utilizada como medida de “controle” ou “domesticação” das águas em áreas urbanizadas (Fagundes, 2020). O revestimento do córrego com cimento ocorreu durante o primeiro mandato do ex-prefeito Elias Kalil Ristum, entre 1985 e 1988, e não manteve sua eficiência a longo prazo, tendo em vista que as enchentes continuam ocorrendo. Não foi, portanto, uma ação planejada para adaptação e mitigação, tampouco contribuiu para um possível cessar do problema das enchentes.

Deste modo, o processo de cimentação do córrego só teve efetividade em eliminar o ecossistema aquático e terrestre que dependia daquele ambiente. Não somente os sapos desapareceram, mas as aves que se alimentavam no córrego, e os pequenos peixes que habitavam aquele espaço e, ainda, outros seres, como plantas aquáticas e fungos, deixaram de existir.

Ainda, houve relatos dos animais que são mortos durante as enchentes, Ana Maria Rocha enfatiza: “[...] e fora os animais mortos que vêm, muitos animais mortos”. Em semelhança ao relato de Ana Maria, a senhora Maria Alice também falou sobre os inúmeros animais mortos que vinham junto com a água da enchente: “É muita água que vem, muito porco e cachorro morto, isso vem na enchente. É muito triste”.

Assim, é possível notar a percepção das moradoras de que não só as enchentes causam mudanças no bairro, mas as medidas que foram tomadas pelo poder público - como o ato de cimentar o córrego - também o transformam. Juntamente, as falas sobre as inúmeras mortes de animais revelam a percepção das moradoras sobre as interações entre esses indivíduos e suas paisagens habitadas por outros seres vivos, e as relações multiespecíficas existentes naquele espaço.

Assim, a experiência das enchentes no bairro Elizabeth evidencia que os efeitos dos desastres não se limitam ao sofrimento humano, mas envolvem também as perdas e deslocamentos de outros seres que coabitam o espaço. As falas das mulheres demonstram sensibilidade para

com essas relações, revelando que o desastre não destrói apenas casas e memórias, mas desfaz ecologias e formas de convivência multiespécies.

É urgente abandonar as ontologias dualistas da modernidade, que insistem em separar natureza e cultura (Descola, 2007), sociedade e ambiente, humano e não-humano - como se fossem domínios autônomos, isolados e hierarquizáveis. Essas divisões, historicamente enraizadas no pensamento ocidental moderno, têm limitado nossa capacidade de compreender os modos reais pelos quais a vida se organiza nos territórios. Essa cisão não é universal (Descola, 2007), e diversas cosmologias humanas sempre pensaram o mundo de forma relacional. Deste modo, repensemos as políticas da natureza (Latour, 2004) não como o governo sobre a natureza, mas como um esforço de composição de mundos habitados por múltiplos agentes - humanos e mais-que-humanos - que coexistem e coproduzem a realidade. Assim, o que se revela necessário é pensar a vida como uma rede de interdependências, onde cada ser, cada coisa, cada força, atua e é afetada, produzindo efeitos uns sobre os outros.

Diante disso, a formulação de políticas públicas precisa ser radicalmente repensada, é necessário elaborar políticas públicas estruturais e estruturantes que, independentemente de mudanças políticas, sociais e ecológicas, manter-se-ão eficientes e funcionais. Somente assim, será possível romper com perspectivas de hierarquização de espécies (especismo), e garantir que todos os seres humanos, não-humanos e mais-que-humanos, que habitam o bairro Elizabeth, possam viver bem e morrer bem.

Não se trata apenas de conter a enchente ou reconstruir casas: trata-se de reconhecer e sustentar os modos de vida que se constroem em ecologias compartilhadas. Isso implica uma virada ontológica e ética: entender que coexistimos com outras espécies de forma relacional, e não como sujeitos centrais. E somente políticas públicas enraizadas numa ecologia relacional e multiespécie serão capazes de produzir mundos habitáveis para todos que ali vivem, resistem e insistem em existir.

Reconhecer que o bairro Elizabeth é tecido por uma rede de coexistências entre humanos e mais-que-humanos não significa apenas ampliar o campo de percepção ambiental, mas também compreender que os modos de vida ali construídos são sustentados por narrativas, lembranças e afetos profundamente enraizados no território. As enchentes, nesse contexto, não agem apenas sobre corpos e casas - elas se inscrevem nas experiências, moldam formas de pertencimento e ativam memórias partilhadas que atravessam gerações. É nesse entrelaçamento entre vivência ambiental e lembrança coletiva que se forma a memória social da enchente, e com ela, os contornos da identidade das moradoras. É sobre esse solo movediço - onde a lama se mistura à história - que se erguem as subjetividades coletivas que serão exploradas a seguir.

MEMÓRIA E MATERIALIDADES

A memória é um arcabouço comum, construído a partir de um lugar de referência e de um pertencimento social. Deste modo, o ponto de vista de um sujeito acerca de situações experienciadas individualmente e coletivamente é partilhado por uma coletividade. A memória coletiva (Halbwachs, 2006) não é uma lembrança comum do mesmo evento, é uma maneira comum de se lembrar, independente do que seja. É mobilizar os mesmos elementos para se lembrar (Pollak, 1992).

Isso ocorre na narrativa das moradoras, que ao rememorar suas experiências com as enchentes, incitam elementos específicos a fim de organizar e estruturar a memória das enchentes. E, assim, vemos em ação a memória como uma forma de representar uma experiência, e a rememoração como modalidade de presentificar histórias.

A memória é algo dinâmico e está submetida a transformações e mudanças (Halbwachs, 2006), mas existem os elementos estáticos ou imutáveis no processo de lembrar e/ou rememorar. Esses elementos se apresentam nas semelhanças presentes nas narrativas das moradoras, para além das declarações similares - citadas anteriormente - sobre os agravos que as enchentes causam à saúde mental como, transtornos psicossociais e ansiedade resultante do estresse pós-traumático. Existem outros elementos considerados estabilizantes da memória coletiva dessas moradoras acerca de suas experiências com as enchentes.

Segundo Pollak (1992), existem três elementos constitutivos da memória: acontecimentos, personagens e lugares. Ao pensar a realidade do bairro Elizabeth, é possível articular que a memória daquele coletivo se mantém estabilizada e ancorada nesses três elementos constitutivos da memória.

Ao pensar nos acontecimentos, existem as lembranças de muitos animais mortos, a presença de cobras e animais peçonhentos, e a perda de todas as suas **coisas**. Maria Alice relata suas perdas: “A primeira coisa que eu perdi foi... coisa pra cozinha, o armário. Era lindo. Mas quando a gente menos espera, a água tá entrando. A gente perde mantimento, porque os armários incham, e começa a desmontar”.

Com a mesma intensidade e pesar, Ana Maria conta que:

A primeira enchente que eu passei aqui, a minha casa era de carpete. Todinha de carpete. Quer dizer, acabou tudo. Tive que tirar o carpete, ficou no cimento grosso. Ela complementou: Perdi comida, porque esse armário aqui estava cheio, que tinha feito compra, estava cheio, então aquilo tudo teve que ser descartado. Ana Lucia também rememora suas perdas materiais: Comprei um guarda-roupa bonito, mas a água destruiu, nunca mais comprei guarda-roupa.

Não é por acaso que as moradoras rememoram essas perdas, segundo Pollak (1992), a memória se constrói sobre acontecimentos significativos. E, a lembrança da perda de suas **coisas**, é um

acontecimento tão marcante que ocupa o espaço de centralidade no discurso das moradoras. E essas perdas partilhadas, junto aos relatos similares sobre a morte de animais e a presença de animais peçonhentos nas águas das enchentes, são tão marcantes e centrais, que permanecem sólidas na memória dessas mulheres, impossibilitando a ocorrência de mudanças.

Para Pollak (1992), o segundo elemento constitutivo da memória são os personagens. A partir das narrativas das interlocutoras, é possível definir os personagens como os familiares e vizinhos que constituem a rede de relações e solidariedade coletiva entre os moradores atingidos pelas enchentes. E, também, o poder público e seus agentes ineficientes.

Ao ser interpelada sobre algum auxílio que recebe após as enchentes, a senhora Vicentina declarou: “Todo mundo ajuda as pessoas, menos a prefeitura”. Ana Maria, ao se referir a ação do poder público ressalta que: “As enchentes, para a prefeitura, não é surpresa. Porque, meu Deus, são muitas enchentes, a prefeitura é responsável”. Ainda, sobre a enchente mais recente que atingiu o bairro, em 2021, ela conta: “O prefeito não estava na cidade na época, não estava aqui. O vice-prefeito só andava para lá e pra cá feito um peru tonto.”

No que diz respeito a ajuda comunitária, ela revela que em um momento durante as cheias, foi necessário arrebentar a mangueira que havia na garagem de sua casa para que pudesse ser usada no resgate de pessoas que estavam na água. Ela declarou:

Puxaram muita gente ali na garagem, tem aquela borracha, não é mais aquela, foi muitos anos atrás. Vieram aqui na garagem, rebentaram a borracha para poder puxar as pessoas que estavam lá embaixo, com a borracha. Água batendo no pescoço das pessoas que estavam indo buscar outras pessoas que estavam lá, inclusive, gente acamada (Ana Maria Rocha, 2024).

A senhora Ana Lucia teceu críticas à falta de ações do poder público diante das enchentes, ao afirmar que o necessário: “É só o pessoal tomar providência. A Prefeitura, a secretaria do Meio Ambiente, tem que fazer projetos.” Sobre a ajuda de familiares e amigos, ela afirmou: “Eu levava as crianças para a casa de uma amiga, pra não ficar traumatizados porque eram pequenas. Aí vinham os amigos e família, a gente fazia a limpeza da casa, lavava tudo e começa de novo” (2024).

Essas declarações apontam a existência de uma rede colaborativa entre os moradores, e uma ineficiência e negligência do poder público. Esses sujeitos - em ação ou na ineficiência - são os personagens descritos por Pollak (1992), pois são os agentes que aparecem e se mantêm de forma estática e imutável no relato das moradoras.

Ainda, existe a influência na formação da identidade desses indivíduos. Pois fazer parte de um coletivo afetado pelas enchentes, cujo único auxílio provém da ajuda mútua entre os próprios moradores, cria uma distinção identitária deles, em relação aos demais habitantes da cidade de Rio das Flores. E, também, a identidade dessas pessoas se forma, não apenas pela territorialidade, ou seja, por viver naquele bairro. Mas a

partir de suas vivências e transmissões de suas experiências comuns com as enchentes, que constituem e fortalecem laços comunitários. Assim, quem habita o bairro, é alguém que inevitavelmente, viveu ou viverá uma enchente, e isso constrói e molda a forma como se percebe e é percebido.

O terceiro elemento constitutivo da memória, apresentado por Pollak (1992), é a constituição da memória que ocorre a partir de um lugar, pois lugares tem a capacidade de evocar lembranças coletivas (Halbwachs, 2006). Dessa forma, o córrego e o bairro, podem ser entendidos como esse espaço de lembrança no ato de rememorar. Pois, são lugares que estão marcados pelas interações e práticas sociais que neles ocorreram, durante o processo das enchentes. Sendo o córrego um ambiente que pode servir como ‘gatilho’ para as lembranças.

Mesmo havendo individualidades e particularidades nos relatos das moradoras que experienciaram as enchentes, como por exemplo, a indicação de qual enchente marcou mais sua vida, ou quais as perdas mais significativas - pois são pontos subjetivos de cada indivíduo, e porque a memória é passível de mudanças e transformações. O foco está nos marcos duradouros, acontecimentos, lugares e personagens que permanecem de forma estável, tornando-se elementos centrais em suas narrativas de vida, da memória coletiva e individual desses moradores. E que influenciam na formação de sua identidade.

Portanto, essas memórias não devem ser entendidas como individuais, porque são memórias partilhadas e formadas coletivamente por toda aquela comunidade, do mesmo modo, ao transmitir estas memórias para seus filhos, netos e demais familiares, se expande a memória daquele coletivo. E, ao passo em que isso acontece, essa memória se insere e acaba por constituir parte da identidade desses indivíduos.

A memória, por si só, é uma construção social, formada por um trabalho consciente e inconsciente nos níveis individual e coletivo (Pollak, 1992). As enchentes somam nessa dinâmica de construção, pois são um processo que está determinado a ocorrer durante as fases da vida destes moradores. Por não ser um evento relegado apenas ao passado, a enchente traz exigências do presente, e assim como outras memórias, pode ser reinterpretada à luz das atuais circunstâncias.

A moradora Ana Lucia, que vive no bairro desde seu nascimento, contou que ao longo da vida, a sua mãe lhe transmitia as experiências das enchentes que ela passou sozinha ou que passaram juntas, mas que ela não se recordava pois ocorreram durante sua infância.

Ana Lucia contou que ela e seu esposo tinham muita preocupação em proteger seus filhos dos traumas das enchentes, como afirmou: “[...] levava as crianças para a casa de uma amiga, pra não ficar traumatizados porque eram pequenas”. Em vista disso, observa-se que, a Ana Lucia preferiu que estes eventos que acometeram seus filhos durante a infância fossem objeto do esquecimento e não de lembrança. Ao menos, durante a primeira infância deles.

A entrevistada revelou que ao longo da vida, contou aos filhos as suas experiências com as enchentes, do mesmo modo que sua mãe, em determinado momento, contou-lhe as delas, contribuindo assim na expansão da memória coletiva e construção de suas identidades.

Colocando em evidência, a memória das enchentes como uma narrativa coletiva que é transmitida entre gerações.

Prosseguindo, a moradora Ana Lucia, disse:

Dá uma tristeza, eu nunca tinha visto meu esposo chorar, mas aquele dia... porque a gente vinha, organizava, limpava tudo, pintava a casa, ajeitava os móveis, organizava tudo. Daqui a pouco a enchente vinha de novo, e tinha que colocar as coisas todas pro alto (Ana Lucia, 59 anos, 2024).

Ao abordar as questões relacionadas às perdas materiais, a senhora Vicentina Guilherme, moradora da região há mais de trinta anos, contou que perdeu todos seus pertences na última enchente (2021), que, segundo a Defesa Civil, foi o temporal de maior proporção registrado em 18 anos.

Vicentina relata: *Perdemos tudo, essa parte aqui da garagem (teto) teve que desmanchar para cobrir a casa do meu irmão lá atrás.* Adicionalmente, comentou que sente muito medo quando há previsão de fortes chuvas. Ao ser indagada sobre sua opinião acerca do preparo dos moradores para uma enchente futura, respondeu: “Ninguém tá preparado. Nem fala isso!”. Do mesmo modo, as demais moradoras entrevistadas responderam em uníssono que os moradores “não estão preparados para uma próxima enchente”.

À guisa de encerrar essa seção, cabe retomar a questão incitada no início deste capítulo: as perdas durante as enchentes não se limitam ao que se entende como objetos e/ou materialidade. É necessário compreender que os objetos perdidos pelas moradoras por causa das enchentes - o guarda-roupa e as fotos dos filhos, de Ana Lucia; o armário e os alimentos, de Maria Alice; o carpete e mantimentos, de Ana Maria Rocha - carregam significados simbólicos. Todos esses objetos pessoais, móveis, eletrodomésticos, são *coisas*. Ao ser entrevistada, a senhora Teresinha de Fátima, de 68 anos e moradora do bairro desde que nasceu, declarou: “Perdi só o material, graças a Deus, mas ainda assim é triste, roupa, botija de gás, minhas plantas”.

É necessário destacar a ideia expressa: “só material, mas ainda assim é triste”, porque nada é só material. O material é coisa (Ingold, 2012), ou seja, o que há dentro de uma casa, todos os objetos são perpassados por fluxos vitais que estão integrados aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente desses indivíduos (Ingold, 2012). O sofrimento diante da perda de **só material** revela, portanto, uma verdade mais profunda: os objetos não são acessórios descartáveis, mas parte constitutiva da experiência de ser-no-mundo, carregando em si a memória e a continuidade da vida.

Em outros termos, os objetos nunca são apenas objetos: eles carregam memórias, afetos e presenças, sendo guardiões silenciosos da vida cotidiana (Stallybrass, 2008). Quando as moradoras relatam a dor de ver fotografias destruídas, roupas levadas pela correnteza ou móveis descartados após a inundação, não se trata apenas de contabilizar prejuízos econômicos, mas de reconhecer o desmanche de um universo de lembranças incorporadas nessas coisas. Tal como o casaco de Marx

(Stallybrass, 2008) que materializava a presença ausente de um corpo, os pertences levados pelas águas também funcionavam como extensões das moradoras e de suas histórias, evocando relações de intimidade, cuidado e continuidade com aqueles que as cercavam.

Assim, perder um guarda-roupa ou uma planta não significa apenas perder uma utilidade, mas romper com a memória de gestos cotidianos - abrir a porta do armário pela manhã, regar o vaso ao entardecer -, gestos que constituem a experiência encarnada do habitar. Os relatos revelam que cada coisa é também memória, dor e presença, e sua perda convoca um processo de luto que é ao mesmo tempo íntimo e coletivo (Stallybrass, 2008).

Tim Ingold nos aponta que habitar não é meramente a ocupação de estruturas já construídas, habitação é a “imersão dos seres nas correntes do mundo da vida” (Ingold, 2012, p. 34). Ou seja, conforme os indivíduos produzem suas vidas, assim eles o são, nos levando a entender o habitar como um processo de engajamento contínuo com o mundo.

E quando a água invade a casa, este espaço do habitar, o que ela faz é desorganizar, levar consigo e deixar enlameado o fluxo vital que existia naquela casa entre os que habitam e suas coisas. Porque a casa não é somente um quadrado de tijolos que está servindo de moradia, é um espaço que está sendo habitado, um agregado de fios vitais que é refeito quando a água das enchentes a invade e causa o desentrelaçamento das relações que existiam ali dentro entre os indivíduos e suas coisas. Disto resultam as perdas materiais e simbólicas - que estão interconectadas. E é nesse momento que eles se veem diante de suas memórias submersas.

Esta sessão se inicia com a analogia feita a um **cenário de Guerra**, trecho da entrevista com a senhora Ana Maria Rocha. E agora encerra-se com o restante de sua fala: “Parecia um cenário de Guerra, tantas coisas que foram destruídas, animais mortos, móveis e utensílios jogados fora, compras de mês indo para o lixo. Uma população arrasada”.

A analogia sobre a enchente parecer **um cenário de Guerra**, é essencial tanto para abrir, quanto para encerrar este capítulo, pois engloba os diversos aspectos tratados.

Aqui, foi possível observar a importância simbólica das coisas presentes em uma casa/espaço do habitar, rompendo com a ilusão da materialidade (Ingold, 2012). Foi possível observar também como a perda dessas **coisas** se cristaliza no discurso, e no ato de rememorar das moradoras, devido à grande importância que esses materiais, imersos num fluxo de vida, têm na vida dessas pessoas. Conjuntamente, é passível de observação a constituição da memória dessas sujeitas ao redor das enchentes, e como este evento molda a forma de se perceber e ser percebida.

Assim, mesmo diante desse **cenário de Guerra**, os moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores, fazem a vida continuar. Mesmo com a miríade de elementos socioculturais que estão entrelaçados às enchentes, essa população persiste e prolifera a vida, em seus corpos, e em seus espaços de habitação. Espera-se que, em um futuro próximo, esses sujeitos possam continuar habitando e imersos em seus fluxos vitais. Mas sem que suas memórias sejam submersas pelas águas.

Como observa Ailton Krenak (2022), “muitos pedaços do céu já caíram”, e ainda assim seguimos sonhando, resistindo e existindo. É precisamente nesse tensionamento entre o luto e a luta que este trabalho se ancora na esperança como prática insurgente. Inspirando-se em epistemologias como Anna Tsing (2015), que nos convida a refletir acerca das possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, vislumbra-se um horizonte de reconstrução a partir das margens. Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014) também indagam: o que será do mundo depois do fim do mundo? - e a resposta talvez resida em práticas locais, modos de existência plurais e na recusa de que o colapso seja o fim de tudo. Por fim, faço ecoar a provocação de Achille Mbembe (2021), de que é possível afirmar que a imaginação política do futuro depende da nossa capacidade de inventar comunicações e reparar o mundo, mesmo quando tudo parece ruir.

Neste cenário, mobilizar a esperança não é um gesto ingênuo, mas uma resposta enraizada em territórios, afetos e saberes que sobrevivem e se reinventam diante do caos planetário. E é nesse terreno instável, entre perdas e esperanças, que se desenha a possibilidade de outro futuro.

Porque nesse mundo, quem não vive com medo de perder tudo quando chove, usufrui de um certo nível de humanidade que não é oferecido aos moradores do bairro Elizabeth, em Rio das Flores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes no bairro Elizabeth, em Rio das Flores (RJ), demonstram que o desastre não pode ser reduzido a um evento natural ou a um mero fenômeno climático. Elas se constituem como processos socioculturais que atravessam materialidades, memórias e subjetividades, moldando identidades coletivas e formas de habitar. Longe de serem compreendidas como “tragédias”, revelam-se como expressões de desigualdades históricas e estruturais, onde a vulnerabilidade é socialmente construída e marcada por recortes de gênero, raça e classe. Os relatos das mulheres entrevistadas evidenciam que a enchente não se limita à perda material: ela desorganiza fluxos vitais, inscreve traumas, mas também engendra solidariedade, cuidado e resistência comunitária. Nesse sentido, o fenômeno se apresenta como força transversal, que não apenas impacta a saúde pública, a infraestrutura urbana e os ecossistemas locais, mas também as dinâmicas simbólicas, afetivas e de memória coletiva.

A memória das enchentes, transmitida entre gerações, reforça a construção de identidades sociais e políticas que denunciam o abandono histórico do poder público. Esse abandono aponta a negligência institucional que permeia a vida cotidiana das populações periféricas e interioranas, que são as primeiras a sentir e as últimas a receber respostas diante do colapso socioambiental.

Ao mesmo tempo, o estudo revela a presença de saberes locais situados, que traduzem uma leitura fina das mudanças climáticas e dos

ecossistemas, apontando caminhos para a formulação de políticas públicas enraizadas nas margens. Essa escuta, atenta às cosmologias relacionais e às práticas multiespécie, é fundamental para pensar alternativas ecossociais que rompam com a lógica extrativista e desigual do capitalismo.

Portanto, compreender a enchente como desastre e não tragédia, como fenômeno relacional e não acidente natural, é também um gesto político. Significa deslocar o olhar das soluções técnicas isoladas para uma ecologia da justiça, em que habitar não seja sinônimo de viver com medo da próxima chuva, mas de coexistir em dignidade com os fluxos vitais que compõem a vida. Somente assim será possível que as populações de Rio das Flores, e de tantos outros territórios vulnerabilizados, possam seguir existindo sem que suas memórias e histórias continuem a ser submersas pelas águas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. Parte da tragédia no Rio Grande do Sul foi causada por ação humana. **Carta Capital**, 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/parte-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul-foi-causada-por-acao-humana/>. Acesso em: 31 maio 2025.

ARAUJO, Marisa Barbosa. Mudanças climáticas e saberes locais: percepções e estratégias adaptativas de pequenos agricultores amazônicos. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **As Ciências Sociais na UFV: percursos, temas e abordagens**. Viçosa: UFV, 2023. p. 222-233.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. **Memórias e impactos da enchente de 1974**: por uma abordagem espaço-temporal dos desastres. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 03-06 ago. 2016.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. RS: **Ministério das Mulheres recebe denúncias de abusos em abrigos e discute protocolo durante desastres climáticos**. Brasília: Secom, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/rs-ministerio-das-mulheres-recebe-denuncias-de-abusos-em-abrigos-e-discute-protocolo-durante-desastres-climaticos>. Acesso em: 16 maio 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHAVIS, B. Forward. In: BULLARD, R. (Ed.). **Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots**. Cambridge: South End Press, 1993.

CSORDAS, Thomas J. *Embodiment as a paradigm for anthropology*. **Ethos**, v. 18, n. 1, p. 5-47, 1990.

CSORDAS, Thomas J. **Embodiment and experience: the existential ground of culture and self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

FAGUNDES, Beatriz. *Urban rivers and channelization policies*. **Sociedade & Natureza**, v. 32, 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado In **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução: Paula Siqueira. Apresentação: Tânia Stolze Lima.

G1. **Defesa Civil de Rio das Flores contabiliza estragos após temporal.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/12/29/defesa-civil-de-rio-das-flores-contabiliza-estragos-apos-temporal.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INFOSAN. **Município Rio das Flores**, RJ. 2024. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/rio-das-flores-rj/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London; New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Tabela 136 - População residente, por cor ou raça - Rio das Flores (RJ)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/136>. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município de Rio das Flores (RJ)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-flores/historico>. Acesso em: 21 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. Muitos pedaços do céu já caíram. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. (org.). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARENGO, José A. et al. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 112, p. 201-227, 2024. DOI: 10.1590/s0103-4014.202438112.012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MESQUITA, E. **Ver de perto para contar de certo**: as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta do Alto Juruá. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/851480>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil). **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>. Acesso em: 06 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **COP26**: 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas são mulheres. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/157806-cop26-80-dos-deslocados-por-desastres-e-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-s%C3%A3o-mulheres>. Acesso em: 16 maio 2025.

ONU MULHERES; PNUMA. **Por um planeta 50-50**: Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no contexto das mudanças climáticas. [S.l.]: ONU Mulheres; PNUMA, 2022. Disponível em: <https://www.unwomen.org/>. Acesso em: 20 maio 2025.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 73-114. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415764.0004>. Acesso em: 16 maio 2025.

PEIRANO, Mariza Corrêa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e

ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, May Waddington Telles. O encontro das antropologias do meio ambiente e dos desastres no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 93, p. 1-25, ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/bib9303/2020>. Acesso em: 22 maio 2025.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; COSTA, Ana Maria; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, editorial e141ED, abr.-jun. 2024.

SALDANHA, Rafael. Introdução. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Déborah; SALDANHA, Rafael (org.). **Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra**. v. 1. São Paulo: Machado Editora, 2022.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

THOMASI, Tanise Zago; SANTOS, Ariel Sousa; DIAS, Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti. O racismo ambiental praticado contra os povos indígenas no Rio Grande do Sul. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 21, e212770, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v21.2770>. Acesso em: 12 jun. 2025.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TSING, Anna Lowenhaupt. ***The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins***. Princeton: Princeton University Press, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna**. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.